

Educação inclusiva e suas dimensões políticas e práticas

Márcia Denise Pletsch

Flávia Faissal de Souza

Desde 2008, com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), um conjunto de diretrizes políticas tem sido implementadas no Brasil para ampliar e garantir os direitos educacionais do público alvo da educação especial constituído por pessoas com deficiência intelectual, sensorial, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

A referida política, em consonância com os princípios da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, conhecida como Declaração da Organização das Nações Unidas (ONU), ratificada pela Câmara dos Deputados, com o objetivo de, entre outros aspectos, assegurar a inclusão escolar de alunos da educação especial pública, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino. Igualmente propõe que a educação especial deve ser transversal desde a educação infantil até a educação superior. Outro aspecto da política se refere à oferta do atendimento educacional especializado (AEE) no contraturno à escolarização como suporte educacional.

Desde então as redes de ensino, assim como as universidades, têm buscado desenvolver ações e propostas educativas para efetivar as indicações da política e da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, ou como também é conhecido Estatuto da Pessoa com Deficiência (LEI Nº 13.146), de 6 de julho de 2015, em vigor desde o dia primeiro de janeiro de 2016 (BRASIL, 2015).

Para refletir sobre como esses documentos têm sido traduzidos e materializados em práticas educacionais em diferentes contextos nacionais, este dossiê traz um conjunto de artigos com resultados de pesquisas desenvolvidas em diferentes estados do Brasil e em Portugal, focando os variados níveis de ensino e temas que atravessam a implementação de uma política dessa natureza que, no caso da população da educação especial, pressupõem a garantia dos direitos humanos de acesso ao sistema público de educação, outrora realizado em espaços segregados em instituições filantrópico-privadas. Além do tema dos direitos humanos, o dossiê também traz artigos que discutem a formação de professores, o currículo e a experiência de implementação da proposta na EJA e no ensino superior, focalizando a escolarização e a trajetória educacional dos sujeitos envolvidos.

Para abrir o dossiê, elegemos o artigo “Educação inclusiva enquanto um direito humano”, de autoria de Washington Cesar Shoit Nozu, Albert Vinicius Icasatti e Marilda Moraes Garcia Bruno. O texto apresenta, a partir de estudo exploratório de documentos político-normativos internacionais e nacionais em diálogo com referências bibliográficas que abordam a temática, importante discussão sobre o direito à educação, focando movimentos internacionais de educação para todos e, particularmente, a emergência da educação inclusiva como um direito humano.

O segundo artigo de Mariângela Lima de Almeida, Andressa Mafezoni Caetano Mariana e Karoline Dias Coelho Estevam, é intitulado “Políticas educacionais de acesso e permanência de pessoas com deficiência no município de Santa Maria de Jetibá/ES”. O texto discute as políticas educacionais voltadas para educação especial numa perspectiva inclusiva, a partir de uma pesquisa realizada no município de Santa Maria de Jetibá/ES. Após a pesquisa etnográfica, verificou-se que o município tem buscado elaborar estratégias para alcançar o maior número de alunos com deficiência e ampliar a sensibilização no que diz respeito à proposta de educação inclusiva. Para tal, tem realizado investimentos na formação continuada como elemento disparador de construção de políticas e práticas que efetivem a proposta em sua estrutura de ensino.

A formação de professores também foi tema da edição, abordado pelo artigo “Articulando pesquisa, extensão e formação de professores para promover a educação inclusiva”, de autoria de Márcia Denise Pletsch e Flávia Faissal de Souza. As autoras a partir de um conjunto de pesquisas qualitativas desenvolvidas no Grupo de Pesquisa Observatório de Educação Especial e Inclusão Educacional (ObEE), inseridas no contexto da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), mostram os caminhos e possibilidades construídos localmente pelas redes de ensino da região da Baixada Fluminense/RJ para cumprimento das diretrizes federais, assim como evidenciam as contradições e disputas presentes na condução das políticas públicas educacionais. O texto também discute a importância da articulação entre pesquisa e extensão para avançar na produção científica a respeito das múltiplas dimensões que envolvem o processo de inclusão, além de contribuir com o desenvolvimento de programas de formação continuada de professores.

O quarto artigo “Escolarização dos alunos da educação especial na política de educação inclusiva no Brasil”, de autoria de Andressa Santos Rebelo e Mônica de Carvalho Magalhães Kassar, apresenta com base em indicadores nacionais do Ministério da Educação e de documentos, as ações desenvolvidas pelo atendimento educacional especializado (AEE) a partir da análise de implementação do Programa de Salas de Recursos Multifuncionais. A pesquisa mostra que apesar dos avanços em termos políticos, a abrangência do programa é bastante restrita em relação à demanda existente, uma vez que parte considerável dos alunos da educação especial não recebe ainda AEE.

Em seguida apresentamos dois artigos que focam o debate sobre a escolarização da população da educação especial. Um é o texto de Amélia Maria Araújo Mesquita, intitulado “Currículo e Inclusão: reflexões sobre os conteúdos de escolarização para alunos com deficiência”, que apresenta resultados da primeira fase de uma pesquisa em andamento realizada em Belém/PR. Nessa etapa do estudo foram analisados documentos oficiais em diálogo com a literatura especializada na área, dentre os quais destacamos os cadernos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – específicos para a inclusão de alunos com deficiência. Os resultados dessa análise evidenciaram que tanto as orientações quanto as práticas curriculares para a inclusão de alunos com deficiência, seja na sala regular, seja na sala de recursos multifuncionais que integra o AEE, assumem caráter vinculado à definição de atividades que, se deslocadas de intencionalidade pedagógica, podem operar apenas como mera ocupação do tempo desses alunos na escola, fragilizando sua escolarização.

O outro é o artigo de Regina Célia Linhares Hostins e Valéria Becher Trentin, “Os sentidos da escolarização na EJA: o que revelam os jovens com deficiência intelectual?”. A partir de pesquisa qualitativa em que se realizaram entrevistas com jovens e adultos com deficiência intelectual matriculados em um Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), no estado de Santa Catarina, foram analisados os sentidos da escolarização na EJA para esses jovens. As autoras constaram, entre outros aspectos, que os jovens entrevistados não buscam na escolarização somente a certificação, mas o aprendizado para atuação nos diversos cenários da vida social e do trabalho.

O próximo conjunto de textos traz o ensino superior para o debate. Para iniciar, apresentamos o texto de Maria Edith Romano Siems com o artigo intitulado “Estudantes com deficiência no ensino superior: trajetórias escolares, acesso e acessibilidade”. A proposta da autora é discutir, a partir da metodologia da história oral realizada com discentes de uma universidade do Norte do Brasil, os fatores da trajetória escolar que favoreceram para que estudantes pertencentes ao público-alvo da educação especial conquistassem

o acesso e construíssem estratégias de permanência e aprendizagem no ensino superior. Os principais resultados da pesquisa indicam que, para o acesso, é fundamental a receptividade e predisposição de professores e gestores, o que não é assegurado apenas pela normativa legal. A pesquisa também mostrou que a acessibilidade atitudinal nas ações de acolhimento, a construção de estratégias pelos professores e as relações com os colegas e os apoios técnicos especializados de profissionais foram importantes aspectos para continuidade dos estudos desses sujeitos.

Ainda sobre ensino superior, apresentamos o artigo “Instrumentos informatizados institucionais para a identificação de necessidades educacionais de estudantes universitários”, de autoria de Leonardo Santos Amâncio Cabral e Bruno Carvalho dos Santos. A pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) apresenta elementos que tangenciam o desenvolvimento de procedimentos metodológicos e instrumentos específicos voltados à identificação processual e longitudinal das necessidades educacionais de estudantes universitários. A partir do projeto, foi elaborado instrumento institucional informatizado e acessível que identifica, no ato da matrícula e rematrícula de todos os estudantes universitários, suas possíveis necessidades educacionais, concepções sobre barreiras e acessibilidade no âmbito de sua instituição. De acordo com os autores, o instrumento tem fomentado avaliações institucionais e contribuído efetivamente para identificar e superar as barreiras que impedem a construção de uma cultura universitária inclusiva.

Já o artigo “Estudantes com dislexia no ensino superior e atuação do Núcleo de Acessibilidade da UFRN”, de autoria de Elaine Cristina de Moura Rodrigues Medeiros, Cíntia Alves Salgado Azoni e Francisco Ricardo Lins Vieira de Melo, apresenta experiência interessante da Universidade Federal do Rio Grande do Norte no que diz respeito a essa população, que no contexto brasileiro não integra o público-alvo da educação especial. Segundo análise dos autores, esses estudantes continuam “invisíveis” na universidade, assim como há escassez de estudos e da subnotificação deles no ensino superior. Os autores também apresentam uma reflexão sobre o papel dos núcleos de acessibilidade que, de maneira geral, no contexto nacional, focam apenas o apoio aos estudantes reconhecidos como sendo da educação especial. Esse tema é polêmico e merece mais estudos e discussões no cenário educacional nacional.

O último artigo deste dossiê foi destinado à produção internacional com o texto “Educação inclusiva e multideficiência: a pessoa, o sonho, a realidade”, de autoria de Elisabete Mendes. Nele, a autora apresenta, a partir da realidade portuguesa, uma discussão sobre a inclusão

educacional de alunos com multideficiência (denominados no Brasil pessoas com múltipla deficiência). A autora defende nesses casos uma intervenção centrada na pessoa, bem como a responsabilidade de educadores e demais profissionais na criação de comunidades de aprendizagem que promovam verdadeiramente uma educação inclusiva. Igualmente, aborda as diferentes demandas dessa população para que o seu direito educacional com aprendizagem seja garantido.

Por fim, esperamos que os textos apresentados neste dossiê possam instigar novas reflexões, abordagens e temáticas sobre a proposta da educação inclusiva com as suas várias possibilidades e abordagens teóricas, mas sobretudo desejamos que o dossiê contribua com o aprofundamento do diálogo entre a educação especial, a educação e as demais áreas das Ciências Humanas.

Boas leituras!

Inclusive education and its political and practical dimensions

Márcia Denise Pletsch

Flávia Faissal de Souza

Since 2008, with the National Special Education Policy under the perspective of Inclusive Education (BRASIL, 2008), a set of political guidelines have been implemented in Brazil to broaden and guarantee the educational rights of the special education target public, consisting of people with intellectual, sensory, global developmental disorders and high skills.

This policy, in line with the principles of the International Convention on the Rights of Persons with Disabilities, known as the United Nations Declaration, ratified by the House of Representatives, in order to, among other things, ensure the school inclusion of students in public special education, guiding education systems to ensure: access to regular education with participation, learning and continuity at the highest levels of education. It also proposes that special education should be transversal from early childhood education until higher education. Another aspect of the policy refers to the provision of specialized educational assistance (SEA) in additional periods to regular schooling periods as an educational support.

Since then, the educational networks, as well as universities, have developed educational actions and proposals to implement the policy guidelines and the Brazilian Inclusion of Persons with Disabilities Law, also known as the Person with Disabilities Statute (LEI N° 13.146), dated July 6th, 2015, effective as of January 1st, 2016 (BRASIL, 2015).

To reflect on how these documents have been translated and materialized into educational practices in different national contexts, this dossier brings a set of articles with results of research developed in different states of Brazil and Portugal, focusing on the different levels of education and topics that cross the implementation of a policy of this nature which, in the case of the special education population, presupposes the guarantee of human rights of access to the public education system, once performed in segregated spaces in philanthropic-private institutions. In addition to the human rights theme, the dossier also brings articles that discuss teacher training, the curriculum and the experience of implementing the proposal in young and adult education (YAE), and in higher education, focusing on the schooling and educational trajectory of the subjects involved.

To open the dossier, we chose the article "Inclusive education as a human right" by Washington Cesar Shoiti Nozu, Albert Vinicius Icasatti and Marilda Moraes Garcia Bruno. The text presents, from an exploratory study of international and national political and normative documents in connection with bibliographical references that deal with the theme, an important discussion about the right to education, focusing on international education movements for all, and particularly the emergence of inclusive education as a human right.

The second article, by Mariângela Lima de Almeida, Andressa Mafezoni Caetano Mariana and Karoline Dias Coelho Estevam, is entitled "Educational policies for access and permanence of people with disabilities in the municipality of Santa Maria de Jetibá/ES". The text discusses educational policies focused on special education in an inclusive perspective, based on a survey carried out in the municipality of Santa Maria de Jetibá/ES. After the ethnographic research, it was verified that the municipality has sought to elaborate strategies to reach the largest number of students with disabilities and to increase awareness regarding the proposal of inclusive education. To this end, it has made investments in continuing education as a triggering element for the construction of policies and practices that will put into effect the proposal in its teaching structure.

Teacher training was also a topic of this dossier, addressed by the article "Articulating research, extension and teacher training to promote inclusive education", by Márcia Denise Pletsch and Flávia Faissal de Souza. The authors, based on a set of qualitative research developed in the Observatory Research Group on Special Education and Educational Inclusion (ObEE), inserted in the context of the National Policy on Special Education in the Perspective of Inclusive Education (BRASIL, 2008), show the paths and possibilities built locally by the education networks of the Baixada Fluminense/RJ region to comply with federal guidelines, as well as evidence of the contradictions and disputes present in the conduct of educational public policies. The text also discusses the importance of the articulation between research and extension to advance the scientific production regarding the multiple dimensions that involve the inclusion process, besides contributing with the development of continuous teachers' training programs.

The fourth article "Schooling Special Education Students in Inclusive Education Policy in Brazil", by Andressa Santos Rebelo and Mônica de Carvalho Magalhães Kassar, presents, based on national indicators of the Ministry of Education and documents, the actions developed by the specialized educational service (SES) from the implementation analysis of the Multifunctional Resource Rooms Program. Research shows that, despite political advances, the scope of the program is very limited in relation to the existing demand, since a considerable part of the special education students does not yet receive SES.

Next, we present two articles that focus on the debate about the schooling of the special education population. On is the paper by Amélia Maria Araújo Mesquita, entitled "Curriculum and Inclusion: reflections on the contents of schooling for students with disabilities", which presents results of the first phase of an ongoing research in Belém/PR. At this stage of the study, official documents were analyzed in connection with the specialized literature in the field, among which we highlight the books of the National Pact for Literacy in the Right Age - specific for the inclusion of students with disabilities. The results of this analysis showed that both curricular orientations and practices for the inclusion of students with disabilities, whether in the regular classroom or in the multifunctional resource room that integrates SES, are linked to the definition of activities that, if displaced from pedagogical intention, can only operate as mere occupation of the time of these students at school, weakening their schooling.

The other is the article by Regina Célia Linhares Hostins and Valéria Becher Trentin, "The meanings of schooling in the YAE: what do young people with intellectual disabilities reveal?". From the qualitative research in which interviews with youngsters and adults with intellectual disabilities enrolled in a Center for Youth and Adult Education (CYAE) in the state of Santa Catarina were carried out, the meanings of schooling in the YAE for these youngsters were analyzed. The authors state, among other aspects, that the young people interviewed do not seek in schooling only the certification, but learning to act in the various scenarios of social life and work.

The next set of texts brings higher education to the debate. To begin, we present the text of Maria Edith Romano Siems with the article titled "Students with disabilities in higher education: school trajectories, access and accessibility". The author's proposal is to discuss, from the oral history methodology carried out with students from a university in the North of Brazil, the school trajectory factors that favored students from the special education target audience to gain access and construct strategies of permanence and learning in higher education. The main results of the research indicate that, for access, teachers' and managers' receptivity

and predisposition is fundamental, which is not ensured by legal regulations alone. The research also showed that the attitudinal accessibility in welcoming actions, teachers' strategies construction and colleague relations and professional specialized technical support were important aspects for the these subjects' continued education.

Still on higher education, we present "Institutional computerized instruments for the identification of educational needs of university students", authored by Leonardo Santos Amâncio Cabral and Bruno Carvalho dos Santos. The research developed in the framework of the Institutional Program for Initiatives in Technological Development and Innovation (PIBITI, in Portuguese) presents elements tangent to the development of methodological procedures and specific instruments geared at the processual and longitudinal identification of the educational needs of university students. From the project, an institutional computerized and accessible instrument was developed that identifies, during enrollment and renewals from all university students, their possible educational needs, conceptions on barriers and accessibility within their institution. According to the authors, the instrument has fostered institutional assessments and effectively contributed to identifying and overcoming barriers that prevent the construction of an inclusive university culture.

The article "Students with dyslexia in higher education and performance of the Accessibility Nucleus of UFRN", by Elaine Cristina de Moura Rodrigues Medeiros, Cíntia Alves Salgado Azoni and Francisco Ricardo Lins Vieira de Melo, presents interesting experience from the Federal University of Rio de Janeiro Grande do Norte in relation to this population, which in the Brazilian context does not integrate the target audience of special education. According to the authors' analysis, these students remain "invisible" in the university, as there is a shortage of studies and underreporting them in higher education. The authors also present a reflection on the role of accessibility groups, which, in general, in the national context, focus only on support for students recognized as being of special education. This theme is controversial and deserves more studies and discussions in the national educational scene.

The last article of this dossier was geared towards international production with the paper "Inclusive education and multideficiency: the person, the dream, the reality", authored by Elisabete Mendes. The author presents, from the Portuguese reality, a discussion about the educational inclusion of students with multideficiency (denominated in Brazil people with multiple disabilities). The author advocates in these cases a person-centered intervention, as well as the responsibility of educators and

other professionals in the creation of learning communities that truly promote an inclusive education. It also addresses the different demands of this population so that their educational right with learning is guaranteed.

We hope that the papers presented in this dossier may instigate new reflections, approaches and themes on the proposal of inclusive education with its various possibilities and theoretical approaches, but above all we want the dossier to contribute to the deepening of the dialogue between special education, education and other areas of human sciences.

Good reading!

Educación inclusiva y sus dimensiones políticas y prácticas

Márcia Denise Pletsch

Flávia Faissal de Souza

Desde 2008, con la Política Nacional de Educación Especial en la Perspectiva de la Educación Inclusiva (BRASIL, 2008), un conjunto de directrices políticas han sido implementadas en Brasil para ampliar y garantizar los derechos educativos del público objetivo de la educación especial constituido por personas con discapacidad intelectual, sensorial, trastornos globales del desarrollo y altas habilidades.

La referida política, en consonancia con los principios de la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con discapacidad, conocida como Declaración de la Organización de las Naciones Unidas (ONU), ratificada por la Cámara de Diputados, con el objetivo de, entre otros aspectos, asegurar la inclusión escolar de alumnos de la educación especial pública, orientando los sistemas de enseñanza para garantizar: acceso a la enseñanza regular, con participación, aprendizaje y continuidad en los niveles más altos de la enseñanza. También propone que la educación especial debe ser transversal desde la educación infantil hasta la educación superior. Otro aspecto de la política se refiere a la oferta de la atención educativa especializada (AEE) en el contraturno a la escolarización como soporte educativo.

Desde entonces las redes de enseñanza, así como las universidades, han buscado desarrollar acciones y propuestas educativas para hacer efectivas las indicaciones de la política y de la Ley Brasileña de Inclusión de la persona con discapacidad, o como también se conoce Estatuto de la persona con discapacidad (LEI Nº 13.146 de 6 de julio de 2015, en vigor desde el primer día de enero de 2016 (BRASIL, 2015).

Para reflexionar sobre cómo estos documentos han sido traducidos y materializado en las prácticas educativas en diferentes contextos nacionales, este archivo viene con un conjunto de artículos con resultados de encuestas realizadas en varios estados de Brasil y Portugal, centrándose en los diversos niveles de la educación y los temas que se cruzan la implementación de una política de esa naturaleza que, en el caso de la población de la educación especial, presupone la garantía de los derechos humanos de acceso al sistema público de educación, otrora realizado en espacios segregados en instituciones filantrópico-privadas.

Además del tema de los derechos humanos, el dossier también trae artículos que discuten la formación de profesores, el currículo y la experiencia de implementación de la propuesta en la EJA y en la enseñanza superior, enfocando la escolarización y la trayectoria educativa de los sujetos involucrados.

Para abrir el expediente, elegimos el artículo "Educación inclusiva como un derecho humano", de autoría de Washington Cesar Shoiti Nozu, Albert Vinicius Icasatti y Marilda Moraes García Bruno. El texto presenta, a partir de un estudio exploratorio de documentos político-normativos internacionales y nacionales en diálogo con referencias bibliográficas que abordan la temática, importante discusión sobre el derecho a la educación, enfocando movimientos internacionales de educación para todos y, particularmente, la emergencia de la educación inclusiva como un derecho humano.

El segundo artículo de Mariângela Lima de Almeida, Andrés Mafezoni Caetano Mariana y Karoline Dias Coelho Estevam, es titulado "Políticas educativas de acceso y permanencia de personas con discapacidad en el municipio de Santa Maria de Jetibá/ES". El texto discute las políticas educativas dirigidas a la educación especial en una perspectiva inclusiva, a partir de una investigación realizada en el municipio de Santa Maria de Jetibá/ES. Después de la investigación etnográfica, se verificó que el municipio ha buscado elaborar estrategias para alcanzar el mayor número de alumnos con discapacidad y ampliar la sensibilización en lo que se refiere a la propuesta de educación inclusiva. Para ello, ha realizado inversiones en la formación continuada como elemento disparador de construcción de políticas y prácticas que efectúen la propuesta en su estructura de enseñanza.

La formación de profesores también fue tema de la edición, abordado por el artículo "Articulando investigación, extensión y formación de profesores para promover la educación inclusiva", de autoría de Márcia Denise Pletsch y Flávia Faissal de Souza. Las autoras a partir de un conjunto de investigaciones cualitativas desarrolladas en el Grupo de Investigación Observatorio de Educación Especial e Inclusión Educativa (ObEE), insertadas en el contexto de la Política Nacional de Educación Especial en la Perspectiva

de la Educación Inclusiva (BRASIL, 2008), muestran los caminos y las posibilidades construidas localmente por las redes de enseñanza de la región de la Baixada Fluminense/RJ para el cumplimiento de las directrices federales, así como evidencian las contradicciones y disputas presentes en la conducción de las políticas públicas educativas. El texto también discute la importancia de la articulación entre investigación y extensión para avanzar en la producción científica acerca de las múltiples dimensiones que envuelven el proceso de inclusión, además de contribuir con el desarrollo de programas de formación continuada de profesores.

El cuarto artículo "Escolarización de los alumnos de la educación especial en la política de educación inclusiva en Brasil", de autoría de Andressa Santos Rebelo y Mônica de Carvalho Magalhães Kassar, presenta con base en indicadores nacionales del Ministerio de Educación y de documentos, las acciones desarrolladas por la atención educativa especializada (AEE) a partir del análisis de la calidad de la educación, implementación del Programa de Salas de Recursos Multifuncionales. La investigación muestra que, a pesar de los avances en términos políticos, el alcance del programa es bastante restringido en relación a la demanda existente, ya que parte considerable de los alumnos de educación especial no recibe todavía AEE.

En seguida, presentamos dos artículos que enfocan el debate sobre la escolarización de la población de la educación especial. El texto de Amelia María Araújo Mesquita, titulado "Currículo e Inclusión: reflexiones sobre los contenidos de escolarización para alumnos con discapacidad", presenta resultados de la primera fase de una investigación en marcha realizada en Belém/PR. En esta etapa del estudio se analizaron documentos oficiales en diálogo con la literatura especializada en el área, entre los cuales destacamos los cuadernos del Pacto Nacional por la Alfabetización en la Edad Correcta - específicos para la inclusión de alumnos con discapacidad. Los resultados de este análisis evidenciaron que tanto las orientaciones como las prácticas curriculares para la inclusión de alumnos con discapacidad, sea en la sala regular, sea en la sala de recursos multifuncionales que integra el AEE, asumen carácter vinculado a la definición de actividades que, si desplazadas de intencionalidad pedagógica, pueden operar apenas como mera ocupación del tiempo e esos alumnos en la escuela, debilitando su escolarización.

El otro es el artículo de Regina Célia Linhares Hostins y Valéria Becher Trentin, "Los sentidos de la escolarización en la EJA: ¿qué revelan los jóvenes con discapacidad intelectual?". A partir de la investigación cualitativa en que se realizaron entrevistas con jóvenes y adultos con discapacidad intelectual matriculados en un Centro de

Educación de Jóvenes y Adultos (CEJA), en el estado de Santa Catarina, se analizaron los sentidos de la escolarización en la EJA para esos jóvenes. Las autoras constan, entre otros aspectos, que los jóvenes entrevistados no buscan en la escolarización solamente la certificación, sino el aprendizaje para actuación en los diversos escenarios de la vida social y del trabajo.

El siguiente conjunto de textos trae la enseñanza superior para el debate. Para iniciar, presentamos el texto de Maria Edith Romano Siems con el artículo titulado "Estudiantes con discapacidad en la enseñanza superior: trayectorias escolares, acceso y accesibilidad". La propuesta de la autora es discutir, a partir de la metodología de la historia oral realizada con discentes de una universidad del Norte de Brasil, los factores de la trayectoria escolar que favorecieron para que estudiantes pertenecientes al público objetivo de la educación especial conquistar el acceso y construir estrategias de permanencia y aprendizaje en la enseñanza superior. Los principales resultados de la investigación indican que, para el acceso, es fundamental la receptividad y predisposición de profesores y gestores, lo que no está asegurado sólo por la normativa legal. La investigación también mostró que la accesibilidad actitudinal en las acciones de acogida, la construcción de estrategias por los profesores y las relaciones con los colegas y los apoyos técnicos especializados de profesionales fueron importantes aspectos para la continuidad de los estudios de esos sujetos.

Aún sobre la enseñanza superior, presentamos el artículo "Instrumentos informatizados institucionales para la identificación de necesidades educativas de estudiantes universitarios", de Leonardo Santos Amâncio Cabral y Bruno Carvalho dos Santos. La investigación, desarrollada en el marco del Programa Institucional de Becas de Iniciación en Desarrollo Tecnológico e Innovación (PIBITI), presenta elementos tangentes al desarrollo de procedimientos metodológicos e instrumentos específicos orientados a la identificación procesal y longitudinal de las necesidades educativas de estudiantes universitarios. A partir del proyecto, se elaboró un instrumento institucional informatizado y accesible que identifica, en el acto de la matrícula y renovación de todos los estudiantes universitarios, sus posibles necesidades educativas, concepciones sobre barreras y accesibilidad en el ámbito de su institución. De acuerdo con los autores, el instrumento ha fomentado evaluaciones institucionales y contribuido efectivamente para identificar y superar barreras que impiden la construcción de una cultura universitaria inclusiva.

El artículo "Estudiantes con dislexia en la enseñanza superior y actuación del Núcleo de Accesibilidad de la UFRN", de autoría de Elaine Cristina de Moura Rodrigues Medeiros, Cíntia Alves Salgado Azoni y Francisco Ricardo Lins Vieira de Melo, presenta una experiencia interesante de la Universidad Federal de Río Grande del Norte en lo que se refiere a esa población, que en el contexto brasileño no integra al público objetivo de la educación especial. Según el análisis de los autores, estos estudiantes continúan "invisibles" en la universidad, así como hay escasez de estudios y de su subnotificación en la enseñanza superior. Los autores también presentan una reflexión sobre el papel de los núcleos de accesibilidad que, de manera general, en el contexto nacional, se centran sólo en el apoyo a los estudiantes reconocidos como de la educación especial. Este tema es polémico y merece más estudios y discusiones en el escenario educativo nacional.

El último artículo de este dossier fue destinado a la producción internacional con el texto "Educación inclusiva y multideficiencia: la persona, el sueño, la realidad", de autor de Elisabete Mendes. En ella, el autor presenta, desde la realidad portuguesa, una discusión sobre la inclusión educativa de los estudiantes con discapacidades múltiples (llamados en las personas con discapacidades múltiples Brasil). La autora defiende en estos casos una intervención centrada en la persona, así como la responsabilidad de educadores y demás profesionales en la creación de comunidades de aprendizaje que promuevan verdaderamente una educación inclusiva. También aborda las diferentes demandas de esa población para que su derecho educativo con aprendizaje sea garantizado.

Por último, esperamos que los textos presentados en este dossier puedan instigar nuevas reflexiones, planteamientos y temáticas sobre la propuesta de la educación inclusiva con sus diversas posibilidades y planteamientos teóricos, pero sobre todo deseamos que el dossier contribuya con la profundización del diálogo entre la educación especial, la educación y las demás áreas de las Ciencias Humanas.

¡Buenas lecturas!
